

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	42
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	43
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	44
10.8 - Plano de Negócios	45
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. DESCRIÇÃO RISCOS DE MERCADO

**Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

#### (a) Risco de Crédito

- CEB Distribuição – A CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na Nota Explicativa nº 2.7 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

#### (b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuição, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

A CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	<b>Valor</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5</b>
<b>Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)</b>						
Fornecedores	155.447	135.323	20.124			
Obrigações Tributárias	232.131	134.861		97.270		
Encargos Regulatórios	214.449		122.412	92.037		
Empréstimos e Financiamentos	425.483	36.818	86.494	82.576	165.285	54.310
Obrigações Societárias	17.495	17.495				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.725	11.362	11.363			
Benefícios Pós Emprego	252.584	27.575	27.574	110.299	87.136	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	47.945			47.945		
Demais Obrigações	55.995	35.995		20.000		
<b>Total</b>	<b>1.424.254</b>	<b>399.429</b>	<b>267.967</b>	<b>450.127</b>	<b>252.421</b>	<b>54.310</b>

**(c) Risco de taxa de juros**

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

**(c1) Análise de Sensibilidade**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI e TJLP. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 9% a.a, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 6% a.a.

Com o cenário apresentado para a Distribuidora, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI e TJLP em relação a 31 de dezembro de 2011, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas do CDI e TJLP em 31 de dezembro de 2012 seriam de 11,25% e 13,50%, respectivamente. Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2011</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do CDI</b>		<b>9,00%</b>	<b>11,25%</b>	<b>13,50%</b>
	227.634	248.121	253.243	258.365
<b>Efeito da Variação do CDI</b>		(20.487)	(25.609)	(30.731)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2010</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do CDI</b>		<b>11,75%</b>	<b>14,69%</b>	<b>17,63%</b>
	274.695	306.972	315.048	323.124
<b>Efeito da Variação do CDI</b>		(32.277)	(40.353)	(48.429)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2011</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta da TJLP</b>		<b>6,00%</b>	<b>7,50%</b>	<b>9,00%</b>
	131.946	139.863	146.790	149.759
<b>Efeito da Variação da TJLP</b>		(7.917)	(14.844)	(17.813)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2010</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta da TJLP</b>		<b>6,00%</b>	<b>7,50%</b>	<b>9,00%</b>
	128.595	136.311	138.240	140.169

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

<b>Efeito da Variação da TJLP</b>	<b>(7.716)</b>	<b>(9.645)</b>	<b>(11.574)</b>
<b>Impactos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>			
CDI	5.122	8.076	
TJLP	6.927	1.929	
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>			
CDI	10.244	16.152	
TJLP	9.896	3.858	

**(d) Risco Cambial**

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB Distribuição desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Para tanto, a Administração estima que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2012 será de R\$ 1,79 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2012, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2011. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2011.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012, da ordem de R\$ 2,24 e R\$ 2,69, respectivamente:

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2011</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do dólar</b>	<b>1,8758</b>	<b>1,79</b>	<b>2,24</b>	<b>2,69</b>
	20.691	19.745	24.681	29.617
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>		946	(3.990)	(8.926)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2010</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do dólar</b>	<b>1,6500</b>	<b>1,80</b>	<b>2,25</b>	<b>2,70</b>
	99.437	108.477	135.596	162.715
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>		(9.040)	(36.159)	(63.278)
<b>Impactos</b>			<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>				
Dólar			4.936	27.119
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>				
Dólar			9.872	54.238

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas coligadas e controladas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

**(e) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO**

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionados.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS**

Nenhuma alteração significativa a comentar.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – RISCOS DE MERCADO**

Nada a acrescentar.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1. Condições Financeiras / Patrimoniais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Diretoria empossada em janeiro de 2011, encontrou um quadro econômico e operacional estável, com resultados aquém do potencial instalado e das participações e controles nas empresas participantes do conglomerado.

A sua subsidiária integral, CEB Distribuição S.A. – CEBD não vinha realizando o montante de investimentos necessário ao atendimento à demanda do mercado consumidor, implicando a deterioração da prestação dos serviços (qualidade e continuidade) e resultando em constantes falhas e interrupções no fornecimento de energia ao cliente consumidor. Esse quadro está em extinção. A CEB D apresenta recuperação de seus resultados econômicos, ainda negativos, mas que invertem a tendência de queda e os seus índices técnicos começam a retomar patamares aceitáveis.

Quanto às demais empresas do conglomerado econômico da CEB, os resultados apresentam a expectativa própria de cada negócio. A Direção da CEB está implementando nova sistemática de gestão das empresas controladas, para maior transparência e controle dos seus resultados. A gestão proposta será unificada na CEB com a destinação de uma diretoria específica ao acompanhamento dessas empresas e prospecção de novos negócios.

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:****Dívida Total**

<b>R\$ (reais mil)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Dívida Total</b>	1.424.254	1.405.628
<b>Empréstimos/Financiamentos</b>	425.483	486.229

**Índices de endividamentos:**

<b>Índices</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>1 - (PC+PNC)/PL</b>	1,91	1,97
<b>2 – DT/EBTIDA</b>	6,82	11,80

1 – (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)

2 – (dívida total/EBTIDA)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A estrutura de capital da CEB vem apresentando desequilíbrio, em função dos problemas estruturais na CEB Distribuição, principalmente, no montante dos empréstimos e financiamentos que representam 36,3% da dívida total e 91,2% do total de empréstimos e financiamentos.

Quanto à possibilidade de resgate de ações ou quotas da companhia, não existem nenhuma possibilidade, além das legalmente previstas.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

Destaque negativo para Controlada CEB Distribuição S/A que já apresentava deficiência de capital de giro, apesar dos lucros apresentados nos exercícios, anteriores ao de 2010, cujo resultado negativo contribuiu para deteriorar, ainda mais o cenário já debilitado.

Os planos da administração para reverter tal situação, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas fontes de captação de recursos.

Considerada a situação de sua controlada principal, os demais negócios, da Companhia tem demonstrado alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

**d) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não Circulantes Utilizados**

A CEB, mais, especificamente, a CEB Distribuição, a exemplo do ocorrido em 2009, continuou enfrentando problemas de caixa tendo recorrido, considerando, às limitações legais, a empréstimos bancários indexados ao CDI + juros.

**e) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez**

Considerando que a CEB é uma sociedade de economia mista de controle do Estado e, portanto, sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público. A mesma restrição se aplica também a suas controladas, que, indiretamente, têm controle estatal. Considerando as dificuldades impostas pelo Governo Federal no sentido de impedir a concessão de crédito pelas instituições financeiras às empresas públicas ou de controle público restam poucas alternativas de captação de recursos, restando apenas, no caso da CEB, financiamentos/empréstimos junto a Eletrobrás e órgãos de fomento, tendo em vista que apesar da empresa ser de capital aberto e ter possibilidades de captação junto ao mercado de capitais a mesma carece de decisão de sua alta administração sobre a utilização dessa vantagem competitiva.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrado:

ENTIDADES	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			ENCARGOS
	31/12/ 2011	31/12/ 2010	01/01/ 2010	31/12/ 2011	31/12/ 2010	01/01/ 2010	
ELETROBRÁS				64.552	66.371	59.212	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S/A					4.426	11.990	CDI + Juros de 1,57% a.a.
Banco do Brasil S/A					21.542		CDI + Juros de 2,99% a.a.
Banco do Brasil S/A (FINAME)				8.001	8.501		Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S/A (FCO)				92.510	94.492	95.984	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco Mercantil do Brasil S.A.					15.020	10.028	CDI + Juros de 0,65% (durante o período de utilização)
Banco Bic Banco S/A					29.000		CDI + Juros de 0,50% a.m.
Caixa Econômica Federal S/A				178.397	209.264	232.444	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S/A					5.834	15.834	CDI + Juros de 0,32% a.m.
Caixa Econômica Federal S/A				50.588			129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
BNDES (i)				31.435	34.103	36.778	TJLP + 1,72% a.a.
Banco Safra S/A						10068	CDI + Juros de 0,65% (durante o período de utilização)
CEB Lajeado	1.355	8.666	16.000				CDI + Juros de 3,90% a.a.
<b>Total</b>	<b>1.355</b>	<b>8.666</b>	<b>16.000</b>	<b>425.483</b>	<b>488.553</b>	<b>472.338</b>	
<b>Total do Circulante</b>	<b>1.355</b>	<b>8.000</b>	<b>8.000</b>	<b>127.599</b>	<b>156.523</b>	<b>106.139</b>	
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>666</b>	<b>8.000</b>	<b>297.884</b>	<b>332.030</b>	<b>366.199</b>	

- (i) contrato com cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ano	Valor
2013	79.862
2014	82.306
2015	65.667
2016	20.285
2017	16.830
Após 2018	32.934
<b>Total</b>	<b>297.884</b>

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais variações que ocorreram nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 2010.

Fato significativo a comentar foi o registro do prejuízo acumulado apurado em exercícios anteriores, reconhecidos em decorrência dos ajustes contábeis efetuados para atender as novas regras impostas pelos IRFR's.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**  
CONSOLIDADO – 2011/2010

<b>ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO (R\$ MIL)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.107.159	1.929.591
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.377.619	1.284.394
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	80.563	39.296
EBITDA	208.722	119.115
LUCRO LÍQUIDO	26.190	2.049
PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	506.321	480.978

\* Exclui: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ Mil 11.994.

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB

Vide comentários constantes nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração da Companhia encaminhada a CVM.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

**ECONOMIA BRASILEIRA EM 2011**

Em 2011, o PIB brasileiro variou 2,7% em relação a 2010. Em 2010, o crescimento acumulado no ano foi de 7,5%. Em função do crescimento, o PIB per capita alcançou R\$ 21.252 (em valores correntes), após ter registrado variação, em volume, de 1,8% em relação a 2010. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

A expansão do PIB resultou no aumento de 2,5% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 4,3% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume de 11,4% do Imposto sobre Importação e do aumento de 4,7% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (3,9%), Serviços (2,7%) e Indústria (1,6%).

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No Brasil, o elevado patamar de consumo interno tem garantido o crescimento do PIB nos últimos anos permitindo que os reflexos da crise financeira internacional atinjam o país marginalmente.

### ATIVIDADE ECONÔMICA

Sob a ótica da oferta, o crescimento da agropecuária em 3,9% se deve ao aumento de produção de várias culturas importantes da lavoura e aos ganhos de produtividade. Influenciada pelas condições climáticas favoráveis, a agricultura brasileira apresentou safra recorde em 2011 (159,9 milhões de toneladas), tendo como destaque culturas como algodão, fumo, arroz, soja e mandioca.

Os serviços, com crescimento de 2,7%, tiveram como destaques positivos os serviços de informação e Intermediação financeira e seguros. O comércio cresceu 3,4%, seguido de Transporte, armazenagem e correio com 2,8%. Ao longo de todo o ano de 2011, os crescimentos da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentaram o crescimento das vendas no comércio, principalmente o varejista, em ritmo superior ao registrado pela atividade industrial.

Na indústria o destaque foi o crescimento no ano de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%) e da Construção civil (3,6%). O desempenho da construção civil em 2011 é confirmado pelo aumento da população ocupada no setor, que acumulou crescimento de 3,9% segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, e pelo desempenho do crédito direcionado. A Extrativa mineral acumulou expansão de 3,2%, com destaque para a extração de minério de ferro. A Indústria de transformação, por sua vez, apresentou estabilidade em relação ao ano anterior, com variação de 0,1%, influenciado, principalmente, pela redução do Valor Adicionado de artigos do vestuário e acessórios; artigos de plástico; metalurgia; máquinas, aparelhos e material elétrico; e automóveis.

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 4,1% em 2011, no oitavo ano consecutivo. A despesa do consumo da administração pública aumentou 1,9% e a Formação Bruta de Capital Fixo, por sua vez, apresentou expansão de 4,7%.

### INFLAÇÃO

Em 2011, a inflação apresentou índices positivos de 6,5 % para o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, valor do teto da meta estabelecida pelo Governo para o ano. O fator que mais influenciou na variação do índice de inflação foi à expansão do consumo da população. Os maiores impactos sobre a taxa, em 2011, vieram do aluguel residencial; da tarifa de ônibus urbano, dos planos de saúde; da energia e da gasolina.

O Índice Geral de Preços – Mercados (IGP-M) em 2011, apresentou variação de 5,10%, registrando recuo em relação a 2010, 11,32%, e anos anteriores que oscilaram entre 7 e 9%. Observa-se que o IGP-M em 2005 registrou variação de 1,21%.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****MERCADO DE JUROS**

No Brasil, com a valorização da moeda nacional e o consequente aumento nos níveis de preços coube ao Governo, em 2011, adotar medidas econômicas que implicassem em contenção da demanda interna, com redução do ritmo da expansão do crédito, cortes nos gastos públicos e, em alguns momentos, elevações na taxa SELIC.

O mercado de juros em 2011 foi caracterizado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no primeiro semestre, redução entre outubro a dezembro, fechando em 11,00% ao ano, conforme informe do Banco Central do Brasil – BACEN.

**REFLEXOS DO CONTEXTO ECONÔMICO NA CEB**

O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,4% entre 2010 e 2011, ficando um pouco acima do esperado (3%). Apesar de pequeno o crescimento é significativo. A população consumiu mais energia do que o esperado, 58.238 megawatts (MW) médios contra em 2010, foram 56.347 MW médios.

Para as empresas geradoras de energia com vinculação societária à CEB, as receitas de venda de energia são indexadas pelo IGP-M. Os componentes dos custos têm diferentes parâmetros, alguns atrelados a índices de preços, outros a fatores hidrológicos. Entretanto, a variação do IGP-M, tem sido suficiente para manter o equilíbrio das operações geradoras e os resultados da Companhia. As empresas com estruturas de financiamento caracterizadas por encargos calculados com base nos mesmos indicadores, produzem resultados financeiros mais favoráveis. Estes são os casos, por exemplo, da Corumbá Concessões S.A. e da CEB Lajeado S.A. (esta última por deter 20% de participação da Investco S.A., empresa gestora da UHE Luís Eduardo Magalhães que, por sua vez, ainda apresenta expressivo montante de dívida decorrente do financiamento para a construção da Usina).

Notadamente a CEB Distribuição S.A., com os comportamentos descendentes da Selic e do CDI no exercício findo houve positiva repercussão dos seus resultados financeiros alcançadas pela estrutura de endividamento da empresa.

Relativamente às repercussões dos indicadores sobre as operações e compromissos vinculados diretamente à CEB, destaque-se a redução significativa do total dos aportes de capital a serem realizados na empresa distribuidora, em atendimento ao “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado entre as duas organizações, conforme determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma vez que o indicador IGP-M utilizado na atualização monetária do valor do compromisso, que, como constatado, teve comportamento aquém das variações inflacionárias.



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3. EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S

Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional;  
Não se aplica.
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;  
Não se aplica.
- c. eventos ou operações não usuais.

Com relação ao “item c eventos ou operações não usuais”, destacamos:

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 146,0 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB-D, penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo as integralizações.

A CEB integralizou na CEB D, a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400) foi aprovada pela Assembleia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009 (Nota 11). Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2011, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2012 a empresa retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS - Correção de erros e reclassificações**

Em 2011, foram identificadas reclassificações efetuadas em contas patrimoniais para fins de comparação e ajuste de exercícios anteriores. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2010 e o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas em relação à correção de erro e contemplam algumas reclassificações de saldo. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

**Balancos Patrimoniais da Controladora**

	31 de dezembro de 2010			Controladora 1o. de janeiro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.319		1.319	4.071		4.071
Contas a Receber	23.636		23.636	3.709		3.709
Estoques	1.058		1.058	959		959
Tributos e Contribuições Compensáveis	2.591		2.591	6.091		6.091
Outros Créditos	9.387		9.387	8.041		8.041
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>37.991</b>		<b>37.991</b>	<b>22.871</b>		<b>22.871</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a Receber				167		167
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5		5	5		5
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	2.850		2.850	2.850		2.850
Investimentos	571.011	2.972 (a)	573.983	598.411	3.721 (b)	602.132
Imobilizado	11.879		11.879	10.162		10.162
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>585.745</b>	<b>2.972</b>	<b>588.717</b>	<b>611.595</b>	<b>3.721</b>	<b>615.316</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>623.736</b>	<b>2.972</b>	<b>626.708</b>	<b>634.466</b>	<b>3.721</b>	<b>638.187</b>

  

	31 de dezembro de 2010			Controladora 1o. de janeiro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	9.669		9.669	10.106		10.106
Obrigações Tributárias	7.881		7.881	11.491		11.491
Empréstimos e Financiamentos	8.000		8.000	8.000		8.000
Obrigações Societárias				9.220		9.220
Obrigações Sociais e Trabalhistas	70		70	17		17
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	9.940		9.940	1.427		1.427
Outras Obrigações	240		240	1.733		1.733
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>35.800</b>		<b>35.800</b>	<b>41.994</b>		<b>41.994</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Passivo Fiscal Diferido	97.270		97.270	97.270		97.270
Empréstimos e Financiamentos	666		666	8.000		8.000
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>97.936</b>		<b>97.936</b>	<b>105.270</b>		<b>105.270</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	342.056		342.056	342.056		342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.994		11.994	11.994		11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	188.817		188.817	188.817		188.817
Reserva de Lucros	29.600		29.600	29.600		29.600
Prejuízos Acumulados	(82.467)	2.972 (a)	(79.495)	(85.265)	3.721 (a)	(81.544)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>490.000</b>	<b>2.972</b>	<b>492.972</b>	<b>487.202</b>	<b>3.721</b>	<b>490.923</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>623.736</b>	<b>2.972</b>	<b>626.708</b>	<b>634.466</b>	<b>3.721</b>	<b>638.187</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****Notas:**

a) Representa os ajustes por meio do cálculo da equivalência patrimonial das controladas CEB Lajeado e CEB Participações que tiveram como origem os seguintes eventos:

1) CEB Lajeado - Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 39 que culminou no ajuste derivado do cálculo do valor justo das ações preferenciais resgatáveis classes A, B e C detidas pela controlada CEB Lajeado no capital social da Investco S.A. Essas ações gozam, entre outras vantagens, do direito de recebimento de dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a essa característica, essas ações foram classificadas na Investco como instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a emissora não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. O ajuste na Companhia em 31 de dezembro de 2010 em razão da adoção do procedimento descrito acima é de R\$ 7.471 positivo (R\$ 7.527 em 1º de janeiro de 2010), que contempla o novo cálculo do percentual de ações ordinárias na equivalência patrimonial, bem como o ajuste a valor justo do referido instrumento financeiro na investida. 2) CEB Participações – Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19 na contabilização da quota parte no Consórcio CEMIG – CEB nos ativos do Empreendedor. Em razão disso, foi registrado o processamento do cálculo de depreciação do ativo imobilizado do Consórcio no Empreendedor que culminou num registro acumulado de R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.806 em 1º de janeiro de 2010). Esse valor foi refletido na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

O ajuste total líquido na Companhia pela aplicação dos Pronunciamentos referidos nos itens acima foi de R\$ 2.972 positivo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.721 em 1º de janeiro de 2010).

**Demonstração de resultado da Controladora**

	<b>Controladora</b>	
	<b>31 de dezembro de 2010</b>	
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>
		<b>Ajustado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	62.080	62.080
Custo do serviço prestado a terceiros	(38.847)	(38.847)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	23.233	23.233
<b>Despesas Operacionais</b>	(18.346)	(18.346)
Despesas gerais e administrativas	(18.346)	(18.346)
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	(2.094)	(2.094)
Receitas financeiras	184	184
Despesas financeiras	(2.278)	(2.278)
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	1.922	(749) (a)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	4.715	(749)
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	4.715	(749)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.917)	(1.917)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	2.798	(749)

**Nota:**

a) Refere-se ao ajuste do exercício de 2010 relativo aos assuntos descritos nos itens 1 e 2 das notas do balanço patrimonial reformulado conforme acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****Balancos patrimoniais Consolidados**

	31 de dezembro de 2010				1o. de janeiro de 2010			
	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.258			99.258	60.231			60.231
Contas a Receber	305.941			305.941	237.954			237.954
Estoques	8.619			8.619	11.082			11.082
Tributos e Contribuições Compensáveis	20.913	(54)	(a)	20.859	28.944			28.944
Outros Créditos	15.229	66	(a)	23.175	27.361		2.739 (c)	30.100
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>449.960</b>	<b>12</b>	<b>7.880</b>	<b>457.852</b>	<b>365.572</b>		<b>2.739</b>	<b>368.311</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Aplicações Financeiras	9.285			9.285	8.223			8.223
Contas a Receber	110.371			110.371	103.361			103.361
Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.145			11.145	19.999			19.999
Tributos e Contribuições Compensáveis	20.517			20.517	12.551			12.551
Ativos Fiscais Diferidos				-	8.516			8.516
Ativos Mantidos para Venda	286.877		(7.880) (c)	278.997	281.558		(2.739) (c)	278.819
Ativo Financeiro Indenizável	343.738			343.738	239.157			239.157
Outros Créditos	17.557	(16.066)	(a)	1.491	18.281	(14.984)	(a)	3.297
Investimentos	285.119	30.845	(a)	315.964	280.520	29.886	(a)	310.406
Imobilizado	197.361	(4.499)	(b)	192.862	196.967	(3.806)	(b)	193.161
Intangível	388.004			388.004	467.299			467.299
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.669.974</b>	<b>10.280</b>	<b>(7.880)</b>	<b>1.672.374</b>	<b>1.636.432</b>	<b>11.096</b>	<b>(2.739)</b>	<b>1.644.789</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>2.119.934</b>	<b>10.292</b>		<b>2.130.226</b>	<b>2.002.004</b>	<b>11.096</b>		<b>2.013.100</b>

**Notas:**

a) Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 39 que culminou no ajuste derivado do cálculo do valor justo das ações preferenciais resgatáveis classes A, B e C detidas pela controlada CEB Lajeado no capital social da Investco S.A. Essas ações gozam, entre outras vantagens, do direito de recebimento de dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a essa característica, essas ações foram classificadas na Investco como instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a emissora não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. O ajuste na Companhia em 31 de dezembro de 2010 em razão da adoção do procedimento descrito acima é de R\$ 14.791 positivo (R\$ 14.902 em 1º de janeiro de 2010), que contempla o novo cálculo do percentual de ações ordinárias na equivalência patrimonial, bem como o ajuste a valor justo do referido instrumento financeiro na investida.

b) Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19 na contabilização da quota parte no Consórcio CEMIG – CEB nos ativos do Empreendedor CEB Participações. Em razão disso, foi registrado o processamento do cálculo de depreciação do ativo imobilizado do Consórcio no Empreendedor que culminou num registro acumulado de R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.806 em 1º de janeiro de 2010). Esse valor foi refletido na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

c) trata-se da reclassificação da conta Desativações em Curso que estava classificada como no sub-grupo Bens Destinados a Venda no não circulante e que foi reclassificada para o circulante no sub-grupo Outros Créditos para fins de uma melhor apresentação.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

	31 de dezembro de 2010				Consolidado 1o. de janeiro de 2010			
	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	142.987			142.987	119.647			119.647
Obrigações Tributárias	100.938			100.938	54.771			54.771
Encargos Regulatórios	106.169		2.123 (a)	108.292	72.407			72.407
Empréstimos e Financiamentos	154.199		2.324 (b)	156.523	102.931		3.208(b)	106.139
Obrigações Societárias	5.291		4.371 (c)	9.662	24.956		4.371(c )	29.327
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.636			19.636	19.532			19.532
Benefícios Pós Emprego	55.614			55.614	99.406			99.406
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	20.547			20.547	18.477			18.477
Outras Obrigações	22.565		(8.818)	13.747	23.755		(7.579)	16.176
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>627.946</b>			<b>627.946</b>	<b>535.882</b>			<b>535.882</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Passivo Fiscal Diferido	98.639			98.639	98.253			98.253
Empréstimos e Financiamentos	332.030			332.030	366.199			366.199
Benefícios Pós Emprego	215.657			215.657	184.146			184.146
Encargos Regulatórios	74.688			74.688	68.036			68.036
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	54.276			54.276	35.227			35.227
Outras Obrigações	2.392			2.392	2.348			2.348
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>777.682</b>			<b>777.682</b>	<b>754.209</b>			<b>754.209</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital Social	342.056			342.056	342.056			342.056
Adiantamentos para Futuro								
Aumento de Capital	11.994			11.994	11.994			11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	188.817			188.817	188.817			188.817
Reserva de Lucros	29.600			29.600	29.600			29.600
Prejuízos Acumulados	(82.467)	2.972 (d)		(79.495)	(85.265)	3.721 (d)		(81.544)
<b>Atribuível ao acionista controlador</b>	<b>490.000</b>	<b>2.972</b>		<b>492.972</b>	<b>487.202</b>	<b>3.721</b>		<b>490.923</b>
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>224.306</b>	<b>7.320 (d)</b>		<b>231.626</b>	<b>224.711</b>	<b>7.375 (d)</b>		<b>232.086</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>714.306</b>	<b>10.292</b>		<b>724.598</b>	<b>711.913</b>	<b>11.096</b>		<b>723.009</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>2.119.934</b>	<b>10.292</b>		<b>2.130.226</b>	<b>2.002.004</b>	<b>11.096</b>		<b>2.013.100</b>

**Reclassificações:**

As reclassificações foram realizadas para melhor comparabilidade de valores. As reclassificações são as seguintes:

(a) refere-se a P&D reclassificada do sub-grupo Outras Obrigações para Encargos Regulatórios.

(b) refere-se a conta de Juros sobre Empréstimos reclassificados do sub-grupo Outras Obrigações para Empréstimos e Financiamentos.

(c) refere-se a conta Obrigações com Acionistas (Dividendos) reclassificado do sub-grupo Outras Obrigações para Obrigações Societárias.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

(d) Representa o impacto total da aplicação dos Pronunciamentos referidos nas notas do balanço patrimonial consolidado e retificado conforme acima, que gerou um ganho líquido no consolidado Grupo de R\$ 2.972.

<b>Conciliação do Patrimônio Líquido</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2009 - Divulgado</b>	<b>487.202</b>	<b>711.913</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 39 na Companhia	7.527	7.527
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 19 na Companhia	(3.806)	(3.806)
Efeito Líquido dos Ajustes CPC 39/CPC 19 na Parcela dos Não Controladores		7.375
<b>Saldo em 01/01/2010 - Reapresentado</b>	<b>490.923</b>	<b>723.009</b>
<b>Saldo em 31/12/2010 - Divulgado</b>	<b>490.000</b>	<b>714.306</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 39 na Companhia	7.471	7.471
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 19 na Companhia	(4.499)	(4.499)
Efeito Líquido dos Ajustes CPC 39/CPC 19 na Parcela dos Não Controladores		7.320
<b>Saldo em 31/12/2010 - Reapresentado</b>	<b>492.972</b>	<b>724.598</b>

**Demonstração de resultado consolidado**

	<b>Consolidado</b>			<b>31 de dezembro de 2010</b>
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Ajustado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	1.284.394			1.284.394
Custo com Energia Elétrica	(661.054)			(661.054)
Custo de Operação	(280.191)	(693) (a)		(280.884)
Custo do serviço prestado a terceiros	(47.316)			(47.316)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>295.833</b>	<b>(693)</b>		<b>295.140</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	(220.070)			(220.070)
Despesas com vendas	(62.942)			(62.942)
Despesas gerais e administrativas	(157.128)		27.815 (b)	(129.313)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-		(27.815) (b)	(27.815)
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	(43.596)	(1.042)		(44.638)
Receitas financeiras	46.639			46.639
Despesas financeiras	(90.235)	(1.042) (c)		(91.277)
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>7.921</b>	<b>943</b> (c)		<b>8.864</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>40.088</b>	<b>(792)</b>		<b>39.296</b>
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>40.088</b>	<b>(792)</b>		<b>39.296</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(11.955)			(11.955)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(8.516)			(8.516)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>19.617</b>	<b>(792)</b>		<b>18.825</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.798	(749)		2.049
Atribuído aos acionistas não controladores	16.819	(43)		16.776

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****Notas:**

(a) refere-se a depreciação sobre o ativo imobilizado do Consórcio CEB-CEMIG conforme explicado anteriormente.

(b) refere-se a provisões diversas reclassificadas de Despesas Gerais e Administrativas para Outras Receitas/(Despesas) Operacionais para fins de melhor apresentação.

(c) refere-se ao ajuste de equivalência patrimonial registrada na CEB Lajeado sobre o investimento detido na coligada Investco S.A. conforme explicado anteriormente.

**Demonstração do valor adicionado – Controladora e Consolidado**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
<b>Receitas</b>	70.854		70.854	1.928.104		1.928.104
Venda de Energia, Serviços e Outras Receitas	70.854		70.854	1.929.591		1.929.591
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa				(1.487)		(1.487)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	(54.913)		(54.913)	(983.300)		(983.300)
Custos de Energia e Serviços Vendidos				(661.054)		(661.054)
Custos de Construção				(88.401)		(88.401)
Serviços de Terceiros	(44.111)		(44.111)	(159.884)		(159.884)
Material	(1.177)		(1.177)	(12.436)		(12.436)
Provisões/Reversões	(9.387)		(9.387)	(27.815)		(27.815)
Outros	(238)		(238)	(33.710)		(33.710)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	15.941		15.941	944.804		944.804
<b>Retenções</b>	(53)		(53)	(45.826)		(46.519)
Depreciação e Amortização	(53)		(53)	(45.826)	(693) (a)	(46.519)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	15.888		15.888	898.978		898.285
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	2.106		1.357	52.763		53.706
Receitas Financeiras	184		184	44.842		44.842
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.922	(749)	1.173	7.921	943 (b)	8.864
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	17.994		17.245	951.741		951.991
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	17.994		17.245	951.741		951.991
<b>Empregados</b>	2.227		2.227	139.086		139.086
Pessoal e Encargos	2.227		2.227	103.532		103.532
Benefícios				33.030		33.030
Participação nos Resultados				2.524		2.524
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	10.691		10.691	665.668		665.668
Federal	1.420		1.420	328.142		328.142
Estadual e Municipal	9.271		9.271	337.526		337.526
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	2.278		2.278	127.370		128.412
Aluguéis				38.932		38.932
Despesas Financeiras	2.278		2.278	88.438	1.042 (c)	89.480
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	2.798		2.049	19.617		18.825
Participação dos Acionistas Não Controladores				16.819	(43) (d)	16.776
Lucros Retidos	2.798	(749)	2.049	2.798	(749) (e)	2.049

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****Notas;**

- (a) refere-se a depreciação sobre o ativo imobilizado do Consórcio CEB-CEMIG conforme explicado anteriormente;
- (b) refere-se ao ajuste de equivalência patrimonial reconhecida sobre a aplicação do CPC 39 e CPC 19 conforme explicado anteriormente;
- (c) representa o ajuste dos encargos financeiros das ações preferenciais resgatáveis da Investico (CPC 39) conforme explicado anteriormente;
- (d) refere-se a participação dos acionistas não controladores sobre os ajustes da aplicação do CPC 39 (item “c” acima), conforme explicado anteriormente;
- (e) refere-se a parcela do controlador sobre os ajustes da aplicação do CPC 39 e CPC 19, conforme explicado anteriormente.



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4. Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

#### 1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

##### 1.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando substancialmente o custo histórico como base de valor.

##### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não foi elaborada a demonstração dos resultados abrangentes consolidada em razão de não haver itens passíveis de alocação nessa demonstração.

##### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e que estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), exceto quanto ao assunto descrito no parágrafo a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Não foi elaborada a demonstração dos resultados abrangentes nas demonstrações financeiras individuais em razão de não haver itens passíveis de alocação nessa demonstração.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas trimestralmente, exceto quanto aos cálculos dos benefícios pós emprego cuja estimativa é efetuada anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**(i) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 20).

**(ii) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração do Grupo. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 2.7 (a). Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 6).

**(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação (Nota 2.13).

**(iv) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota 4.3).

**(v) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 21).

**(vi) Ativo financeiro indenizável (concessão)**

Conforme divulgado na Nota 12, a Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão celebrado junto a União, nº 004/2001 e seus aditivos, de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(vii) Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota 15).

**(viii) Amortização de ativos intangíveis**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 14).

**1.2 Consolidação****(a) Participação de acionistas não-controladores**

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

**(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto**

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com a política contábil adotada pelo Grupo.

**(c) Investimentos em coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

**(d) Operações controladas em conjunto**

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta (Nota 13 (c)).

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

**(e) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**1.3 Conversão de moeda estrangeira****(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(b) Transações em moeda estrangeira**

A Companhia definiu que sua moeda funcional para todo o Grupo é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R1) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

**1.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota 5).

**1.5 Ativos financeiros****1.5.1 Classificação**

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo não operou com instrumentos financeiros disponíveis para venda.

**(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras e os demais itens que compõem o caixa e o equivalentes de caixa (Nota 5).

**(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento são compostos de Aplicações Financeiras em fundo de ações e Fundos Vinculados a Empréstimos de Financiamentos (Nota 9).

**(c) Empréstimos e Recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente “Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)” “Contas a receber (Nota 6)”, “Títulos de crédito a receber (Nota 8)” e o “Ativo Financeiro Indenizável (Nota 12)”.

**1.5.2 Reconhecimento e mensuração**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**1.5.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)****(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou,
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e,
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**1.6 Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**1.7 Contas a receber**

O Grupo classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (Nota 6).

**(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

### Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

O Grupo exclui do cálculo acima os créditos com entidades e órgãos ligados ao seu controlador, o Governo do Distrito Federal (GDF).

### 1.8 Estoques

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição e que quando excede os custos de reposição ou valores de realização são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

### 1.9 Ativos Mantidos para Venda

Os bens destinados a venda são avaliados pelo valor de custo ou valor justo, dos dois o menor.

### 1.10 Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável)

A Interpretação ICPC 1/IFRIC 12 prevê que uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e do modelo bifurcado.

#### (a) Concessão de distribuição de energia elétrica

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em razão de as empresas do segmento serem remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro indenizável); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível da concessão).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual uma concessionária possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da concessionária de cobrar dos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. Os ativos intangíveis foram mensurados pelo valor contábil na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IFRS. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado (item 2.12). As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados com base no prazo de benefício econômico esperado até o final do prazo da concessão.

**(b) Concessão de geração de energia elétrica**

Na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com consultoria técnica externa, não é aplicável a adoção do ICPC 1/IFRIC 12 nas concessões relativas à geração de energia operadas pelo Grupo.

**1.11 Intangível****(a) Ativos intangíveis vinculados à Concessão**

São adquiridos pelo Grupo decorrente do direito para exploração de concessão pública, e são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Esses ativos intangíveis possuem vida útil definida e, portanto, a sua amortização ocorre pelo prazo remanescente do contrato de concessão (Nota 14).

**(b) Direito de exploração da concessão**

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de Aproveitamento Hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota 14).

**(c) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 1.12 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota 15.

### 1.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. As unidades geradoras de caixa são as atividades de gerenciamento dos negócios da rede de distribuição e geração.

### 1.14 Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 16) e Outras Contas a Pagar.

**1.15 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**1.16 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota 19).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**1.17 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 21).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****1.18 Benefícios a empregados****(a) Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia ou suas controladas e coligadas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(b) Benefícios pós emprego**

A Companhia e em especial a CEB-D (“Patrocinadoras”) patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As Patrocinadoras concedem também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários – plano assistencial (Nota 20).

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou as perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações e menos os ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

### 1.19 Obrigações Tributárias

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período-base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado (Nota 17).

A Administração do Grupo decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que os planos de recuperação econômico-financeira do Grupo (Nota 1) resultem na apuração de lucro tributário futuro de forma consistente.

### 1.20 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

### 1.21 Outros ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 1.22 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

- **Ações Ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- **Ações Preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

**1.23 Reconhecimento de Receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

**(a) Receita de prestação de serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

**(b) Receita de distribuição de energia elétrica**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela concessionária. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida que as faturas são emitidas, ou seja, pela competência. Os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa (fornecimento não faturado).

**(c) Receita de construção**

A ICPC 01 (IFRIC 12) estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (IAS 18) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica) como componentes separados do mesmo contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é praticamente nula, considerando que: (i) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(d) Receita de juros**

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia ou suas controladas e coligadas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**1.24 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**1.25 Informações por segmento de negócios**

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (holding) (Nota 24).

**1.26 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. A Administração do Grupo está em processo de avaliação das referidas normas e interpretações para futura implementação daquelas que forem aplicáveis ao Grupo, quando da sua vigência.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" sobre tributos diferidos	<p>Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda.</p> <p>No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda.</p> <p>Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado.</p>	1º de janeiro de 2012
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Estas alterações eliminam a abordagem do corredor e requerem que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - "Acordos"	O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao	1º de janeiro de

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Conjuntos"	invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i> .  Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	2013
IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades"	O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS.  As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto ( <i>Joint Ventures</i> )"	O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Vide informações no item 10.4.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. CONTROLES INTERNOS**

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS**

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :**

*a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**

**iv. contratos de construção não terminada.**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

*b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.*

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9. COMENTÁRIOS SEM ITENS NÃO EVIDENCIADOS**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.